
SOBRE A ESTRUTURA EXPOSITIVA DO PRIMEIRO LIVRO DE *O CAPITAL*, UM ESTUDO

Amaro de Oliveira Fleck

Resumo:

O primeiro livro de *O Capital* é uma exposição crítica do funcionamento lógico do processo capitalista, processo este que molda as sociedades ocidentais modernas. Partindo da categoria mercadoria, a “forma elementar” da sociedade capitalista, mas também a mais abstrata, a que possui menos determinações, Marx desdobra as demais categorias essenciais ao processo capitalista, tais como valor, trabalho abstrato, mais-valia, capital, dentre outros, até conseguir reproduzir conceitualmente a realidade capitalista, isto é, reconstruir o objeto pesquisado de tal modo que este se torne inteligível.

Palavras-Chave:

Karl Marx; *O Capital*; Dialética; Mercadoria; Valor.

Abstract:

The first book of Capital is a critic exposition of the logical operating of the capitalist's process, process that mold the occidental modern society. Starting with the category of commodity, which is the “elementary form” of capitalist society, but at the same time also the most abstract category, which is the less determined, Marx unfolds the other categories essential to the capitalist process such as value, abstract labor, capital, among others, in order to reproduce conceptually the capitalist reality, i.e., to reconstruct and make intelligible the object of his theory.

Keywords:

Karl Marx; Capital; Dialectics; Commodity; Value.

Introdução

O Capital tem como uma de suas finalidades principais expor o modo de funcionamento da lógica capitalista, que é mais do que apenas um modo de produção, é uma forma de organização social. Para atingir este objetivo Marx desenvolve um caminho que parte das categorias mais abstratas em direção das mais concretas, do que é dado como imediato para aquilo que passa por mediações e, portanto, não é visível ou imediatamente aparente. As transições de uma categoria para outra, assim como as de uma esfera para outra, tem por meta reconstituir no pensamento a totalidade do sistema capitalista, não no sentido de que nada lhe escapa, mas de apreender sua lógica interna, seu modo de funcionamento. Por isso, estas transições só são justificadas no final do argumento, por sua capacidade de reprodução conceitual do mundo, e não no momento em que elas ocorrem¹. Parte-se assim da mercadoria, passa-se pelo dinheiro e chega-se ao capital. Inicia-se a análise com o modo de troca mais difundido na sociedade capitalista (a circulação simples), para depois mostrar que este modo de troca só se difundiu de tal maneira por causa de uma troca qualitativamente diferente (a circulação capitalista), que só pode ser explicada se analisada também a própria produção de mercadorias na forma como ocorre dentro desta sociedade (a produção capitalista); por fim, é a análise das distintas trocas e da produção em seu movimento contínuo, e não isoladamente, que permitirá uma compreensão geral da totalidade social (a reprodução capitalista).

Proponho, portanto, que se divida em três ‘camadas’ a argumentação do primeiro livro de *O Capital*: a circulação, que agrupa a forma simples e a especificamente capitalista; a produção capitalista e a reprodução capitalista². Passo agora a análise de cada uma delas.

¹ “O ponto de uma teoria dialética das categorias é a reconstrução sistemática das determinações que fazem uma totalidade dada inteligível. É isto o que permite as justificações para trás, ou seja, justifica um movimento para a próxima categoria sobre os fundamentos de que isto é necessário para chegar a um ponto final que torne o objeto de investigação inteligível”. Smith, *The Logic of Marx’s Capital*, p. 91. Tradução minha.

² Sigo aqui, unicamente em relação à divisão em três camadas, o esquema do ótimo comentário de Ruy Fausto, *Marx: lógica e política*, mas com uma diferença: Fausto divide em circulação simples, produção do capital e reprodução do capital; eu denomino a primeira camada de circulação, pois ela inclui tanto a circulação simples quanto a capitalista. Christopher Arthur traça a mesma divisão que eu, a única diferença é que chama de ‘acumulação’ a parte que denomino ‘reprodução’. Mas não fica claro se está pensando nos três livros de *O Capital* ou se também só está falando em relação ao primeiro, como aqui o faço. Cf. *The New Dialectic and Marx’s Capital*, p. 108.

1. A circulação

A circulação é analisada nas duas primeiras seções (e, portanto, nos quatro primeiros capítulos) de *O Capital*, nas quais Marx investiga a troca de mercadorias em suas distintas formas, assim como as categorias básicas indispensáveis para esta ocorrer. A circulação é subdividida na circulação simples, onde a troca analisada é aquela realizada entre dois proprietários de mercadorias que intercambiam visando à satisfação de suas necessidades; e a circulação capitalista, na qual se analisa um tipo particular de troca, aquela na qual o capitalista compra a força de trabalho, uma mercadoria *sui generis*, e almeja a valorização de seu capital.

1.1 A circulação simples

A circulação simples é analisada nas três primeiras subseções do primeiro capítulo de *O Capital* e, *grosso modo*, é uma pré-apresentação das categorias básicas que irão se desdobrar ao longo do livro (e do sistema capitalista), além de apresentar a análise do tipo de troca que é a mais comum nas sociedades capitalistas, a troca de uma mercadoria por outra, ou a troca entre mercadoria e dinheiro, mas que não é a mais importante, não é aquela que faz esta sociedade receber este adjetivo. Aí Marx apresenta a mercadoria, a “forma elementar” da sociedade capitalista, cuja análise revelará a totalidade desta forma social, e seus componentes, o valor de uso e o valor, que são gerados por trabalho e trabalho abstrato e que compõe, por sua vez, uma riqueza e uma riqueza abstrata; além disso, o autor mostra como se desenvolve o dinheiro, um valor de troca autônomo que não necessita do corpo das mercadorias e que permite a expansão da importância social do intercâmbio e, por fim, analisa a operação da troca de equivalentes.

A mercadoria como ponto de partida

A mercadoria é o ponto de partida para a exposição da sociedade capitalista por se tratar de sua “forma elementar”, isto é, por conter *in nuce* todas as determinações do capitalismo. Toda a teoria de *O Capital* vai ser um desdobramento das categorias nela contidas. Porém há uma circularidade neste ponto de partida. Por um lado, a mercadoria é resultado da produção capitalista, por outro, sua premissa. A mercadoria existe há

alguns milhares de anos e, se aceitarmos a datação de Marx, o capitalismo há apenas cinco séculos. Para o capitalismo surgir foi necessário que as trocas de mercadorias se encontrassem em um estágio avançado, desenvolvido, que as limitações à expansão do mercado estivessem, ao menos parcialmente, dissolvidas. Mas não é como a premissa do capitalismo que Marx analisa a mercadoria, e sim como esta se dá no capitalismo, como resultado da produção capitalista. O que interessa a Marx é a forma como as pessoas se relacionam socialmente, com outras pessoas, e não tanto com as coisas ou mesmo com os produtos de seus trabalhos. A questão é que, no capitalismo, a interação social acontece através da troca de mercadorias, sendo a mercadoria a mediadora social por excelência; uma função que esta categoria não possuía quando ocupava um lugar marginal na sociedade, como em todas as sociedades pré-capitalistas³. O importante a ressaltar é que, já no começo da circulação simples, Marx está analisando o interior da sociedade capitalista e não contando a sua gênese, o que de certo modo ele vai fazer em alguns dos capítulos finais de sua obra. A mercadoria possui uma importância tão central nestas sociedades que a sua análise permite desvendar a própria lógica do capital, tornar inteligível, se não toda a sociedade capitalista, ao menos o que a põe em movimento.

Mas o que é uma mercadoria? A mercadoria é um produto, realizado por trabalho humano, que é trocada por outra mercadoria ou por dinheiro. É o fato de ser trocada, intencional ou acidentalmente, que faz do produto do trabalho uma mercadoria. A mercadoria só existe se há troca de equivalentes e há troca de equivalentes quando existe mercadoria, estes são os dois temas centrais da circulação simples. Por uma questão de praticidade analisarei ambas em separado, embora no texto marxiano elas apareçam entrelaçadas.

A análise da troca de equivalentes

Marx inicia a sua investigação em *O Capital* tratando do problema mais básico e fundamental da pretensa ciência que em sua época era denominada economia política e que hoje é chamada puramente de economia, a saber, como é possível a troca de equivalentes? Esta certamente não é uma pergunta fácil de ser respondida, pois se trata

³ Marx especifica esta diferença em *As mercadorias como produto do capital*, parte final do *Capítulo VI inédito de O Capital*.

justamente de comparar duas coisas distintas, mas não apenas compará-las como equacioná-las, dizer quanto de uma vale quanto de outra.

Para conseguir tal proeza é preciso buscar um elemento comum a todas as mercadorias, algo a que elas possam ser reduzidas e que permita a sua quantificação. O único elemento possível para realizar esta redução já é bem conhecido pelos economistas políticos, é o trabalho. Toda mercadoria é feita pelo trabalho, e este pode ser mensurado pelo tempo. O que se troca, portanto, é o tempo de trabalho que se gastou para a fabricação dos produtos intercambiados, por exemplo, duas horas de trabalho do alfaiate, materializados num casaco, são trocáveis por duas horas de trabalho de marceneiro, objetificados numa mesa. Se Marx tivesse concluído sua investigação aqui, estaria de acordo com Smith e com Ricardo, e poderia ser classificado como um dos economistas que defende a teoria do valor trabalho, mas este não foi o caso⁴.

Marx sabe que os trabalhos, assim como as mercadorias, não são eles mesmos iguais entre si, deixando a questão anterior mais ou menos no mesmo nível de dificuldade. Ora, assim como não se pode comparar uma mesa e um casaco para conseguir colocá-las numa equação, a não ser as reduzindo a um terceiro termo comum, tampouco se consegue comparar o trabalho do alfaiate e o do marceneiro, pois consistem em duas atividades completamente distintas, e para tal é necessário uma segunda redução.

As mercadorias já foram reduzidas a um elemento comum, a trabalho despendido em sua fabricação, mas este elemento comum ainda não é comum o suficiente, os trabalhos são distintos uns dos outros e necessitam ser igualados. O que é comum a todos os trabalhos? “Apesar de atividades produtivas qualitativamente diversas (...) são (...) dispêndio produtivo de cérebro, músculo, nervo, mão humanos”⁵, o que os distintos trabalhos têm de semelhante é que são todos um gasto fisiológico de energia, “uma mesma objetividade fantasmagórica, uma mera gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, o dispêndio de força de trabalho humano sem ter em vista a forma de seu dispêndio”⁶. Este trabalho desprovido de suas qualidades, reduzido a sua dimensão material fisiológica, é denominado trabalho abstrato e esta categoria é a

⁴ Diversos comentadores, marxistas ou não, consideram erroneamente que Marx é um defensor da teoria do valor trabalho. Um exemplo é Giannotti, que afirma que Marx se apropria do conceito ricardiano de valor, cf. *Marx: além do marxismo*, p. 82. Uma boa discussão sobre o tema, mostrando Marx como crítico desta teoria, está em Belluzzo, *Valor e capitalismo* e Grespan, *Marx, crítico da teoria clássica do valor*.

⁵ Marx, *A mercadoria* (1º capítulo da 2ª edição de *O Capital*), p. 27.

⁶ Marx, *A mercadoria* (1º capítulo da 2ª edição de *O Capital*), p. 18.

substância do valor, isto é, aquilo que será medido e equiparado com as demais mercadorias.

Esta substância é medida pelo tempo, pela quantidade de horas que foram necessárias para a confecção de determinada mercadoria. Este tempo não é imediatamente o do produtor individual, mas sim o tempo socialmente necessário para produzi-la, isto é, uma média do tempo que é gasto, em uma sociedade e com um determinado desenvolvimento dos meios de produção. O tempo socialmente necessário despendido é então a magnitude do valor. É interessante salientar que também este tempo é “abstrato” – embora o próprio Marx não chegue a qualificá-lo assim -, pois não se trata do tempo concreto, qualitativo, da duração de fenômenos naturais ou sociais, mas sim de um tempo mecânico, newtoniano, sem qualidades, que é abstraído dos eventos⁷.

Mesmo com esta dupla redução – redução de todas as qualidades distintas das mercadorias ao fato de serem realizadas por trabalho, redução de todas as qualidades distintas dos trabalhos a um mero dispêndio fisiológico de energia que é comum a todos – há um problema insolúvel a respeito de como equiparar as distintas mercadorias, que pode ser assim expresso: Na troca de mercadorias, que não é mais do que o intercâmbio de tempo de trabalho, quando, por exemplo, um alfaiate troca o produto de seu trabalho pelo produto de trabalho de um marceneiro eles raramente consideram os seus “dispêndios fisiológicos” como iguais, isto é, ao mesmo tempo em que eles abolem todas as diferenças de seus trabalhos para conseguirem expressá-los em meros valores de troca, eles resistem a abolir estas mesmas diferenças e consideram um dispêndio mais valioso do que outro, a hora do alfaiate mais valiosa do que a hora do marceneiro, trocando na verdade o produto de uma hora pelo produto de duas.

Mesmo esta redução de todos os distintos trabalhos a trabalho indiferenciado necessita computar questões como destreza, preparação, experiência, e diversos outros itens, a fim de não igualar a hora de trabalho de um qualificado e habilidoso alfaiate com a mesma de um tosco e inexperiente marceneiro, por exemplo. Mas se justamente os trabalhos tornaram-se equiparáveis através da redução das diferenças a uma igualdade abstrata, como agora inserir na própria abstração as distinções qualitativas? Marx responde que: “as diversas proporções em que os diversos tipos de trabalho são

⁷ Esta observação já se encontra em Lukács, conferir: *A reificação e a consciência do proletariado*, em *História e consciência de classe*. Postone dedica um capítulo de seu magistral *Time, Labor and Social Domination* ao assunto, mostrando como surge esta categoria (tempo abstrato) historicamente.

reduzidos a trabalho simples, como a sua unidade de medida, estabelecem-se por um processo social às costas dos produtores, e parecem a eles daí como dados pelo costume”⁸. Esta passagem é crucial por dois aspectos: o primeiro é que o autor considera como insolúvel o problema principal da circulação simples, de como é possível equiparar duas mercadorias, pois mesmo que sejam feitas as devidas reduções a própria relação entre os trabalhos permanece sendo “como dada pelo costume”, de um modo inconsciente aos que participam do intercâmbio. Marx, portanto, não considera possível, racionalmente, trocar duas coisas distintas como se fossem equivalentes. Disto decorre que a troca cotidiana de mercadorias só é possível através de um processo irracional, fetichista⁹. O segundo aspecto levantado pela citação acima referida é o surgimento de um processo que se desenvolve por trás dos indivíduos, que não é controlado por eles e que, justamente, os domina.

A análise da mercadoria

Como dito anteriormente, a mercadoria é o ponto inicial da análise de *O Capital* e constitui a peça chave para entender o sistema capitalista. Isto não significa que a mercadoria seja exclusiva deste sistema, mas apenas que esta ocupa dentro deste um papel protagonista que não ocupava, por exemplo, no mundo feudal. É preciso, portanto, analisá-la. A mercadoria é todo o produto do trabalho humano que é trocado por outro. Este produto pode ser feito intencionalmente para a troca, como ocorre nos mercados já desenvolvidos, ou pode ser trocado meio acidentalmente, como ocorre naqueles pouco desenvolvidos. Se o produto é trocado é por que o comprador o deseja, e se o deseja, é porque satisfaz uma necessidade, “seja do estômago ou da fantasia”. Esta propriedade de satisfazer desejos é a utilidade do produto, ou o que os economistas convencionaram denominar valor de uso. O valor de uso é tanto uma propriedade das mercadorias quanto dos demais produtos que não são trocados, e, portanto, não é isto que faz de um produto uma mercadoria.

⁸ Marx, *A mercadoria* (1º capítulo da 2ª edição de *O Capital*), p. 28.

⁹ Isto não quer dizer que o costume é irracional, nem que a troca de mercadorias é irracional porque é somente baseada em um costume, afirmação esta que resulta falsa, ao menos no que se refere à obra marxiana. O que Marx afirma é que os participantes do intercâmbio aceitam a regulação dos valores de seus produtos como se estas fossem oriundas do costume ou da tradição, não participando ativamente na sua determinação. O intercâmbio é fetichista por dotar a mercadoria de poderes sobrenaturais, e tal intercâmbio fetichista é irracional por não estar baseado em deliberações conscientes e autônomas de seus participantes.

O que a mercadoria possui, e os demais produtos não, é valor, uma propriedade suprassensível que torna possível comensurar as mercadorias entre si. O valor, sendo metafísico, precisa manifestar-se sempre em outro corpo, denominado valor de troca. A mercadoria é a unidade destas duas propriedades, valor de uso e valor. O que cria o valor de uso é o trabalho que altera alguma matéria, mas sempre um trabalho determinado; o trabalho de um alfaiate produz um casaco, este casaco possui tanto valor de uso, a capacidade deste de esquentar e embelezar o seu possuidor, quanto valor, produto do mesmo trabalho, mas visto sob outra perspectiva. O valor é o que permite comparar uma mercadoria com outra, o que é feito através de duas reduções: primeiro, reduz-se as diferentes qualidades das mercadorias para vê-las somente como objetificações de trabalho; e segundo, reduz-se as diferenças qualitativas dos trabalhos ao que todos têm em comum, ser mero gasto fisiológico de energia. É este trabalho indiferenciado, ao qual Marx denominou trabalho abstrato, que cria o valor.

Um mero produto tem apenas valor de uso, é feito apenas por um trabalho concreto, determinado, qualificado, e a pessoa que o possui é rica no sentido de poder se satisfazer com ele, de utilizá-lo. Já a mercadoria é caracterizada por uma “natureza bipartida”, um “caráter dual”, ela é tanto valor de uso quanto valor, é feita tanto por trabalho quanto por trabalho abstrato. Também a riqueza que é produzida através das mercadorias é dupla, por um lado, é riqueza, ou riqueza material, que consiste no usufruto dos bens, na utilização deles; por outro lado, é riqueza abstrata, uma determinada quantidade de valor, que pode ou não ser convertido em riqueza material através de atos de compra. Possuir dois casacos é riqueza material, ter 80 reais é riqueza abstrata.

É fundamental compreender este aspecto dual da mercadoria, por que uma esfera não convive harmonicamente com a outra, mas ao contrário, antagonicamente, contraditoriamente. A primeira aparição deste antagonismo ocorre no momento em que Marx analisa a forma de valor simples, onde uma mercadoria é diretamente equiparada com outra (ex. 2 casacos = 1 mesa), e na qual uma aparece apenas como forma de valor relativa (no exemplo acima os casacos), valor de troca, enquanto que a outra se manifesta unicamente como forma de valor equivalente (a mesa), valor de uso. A mercadoria é ela mesma valor de uso e valor, mas só pode ser um a cada vez. Quem troca dois casacos por uma mesa não desfruta da utilidade dos casacos, mas somente da mesa, e utiliza o valor de troca dos casacos somente para conseguir o usufruto da mesa, e enquanto utilizar este bem não poderá usar o seu valor de troca. Cito Marx: “A forma

de valor relativa e a forma equivalente são momentos inseparáveis, pertencentes um ao outro, reciprocamente condicionantes, mas simultaneamente momentos excludentes um do outro, ou opostos, isto é, polos da mesma expressão de valor”¹⁰.

Esta oposição vai tornar-se uma contradição, no sentido preciso que Marx afirma no terceiro capítulo:

Viu-se que o processo de troca das mercadorias encerra relações contraditórias e mutuamente exclusivas. O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. Esse é, em geral, o método com o qual contradições reais se resolvem. É uma contradição, por exemplo, que um corpo caia constantemente em outro e, com a mesma constância, fuja dele. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição tanto se realiza como se resolve.¹¹

Pois bem, o importante aqui é entender os seguintes passos: A mercadoria possui uma contradição interna, gerada pela oposição de seus dois polos, valor de uso e valor. Esta contradição faz com que a mercadoria não possa ser entendida estaticamente, mas apenas como um processo, processo no qual ela passa de um polo a outro diversas vezes. O agente deste processo não é exatamente a mercadoria, mas sim o valor, que se torna autônomo no dinheiro, superando assim as limitações espaciais e temporais da troca e, portanto, as fronteiras da circulação simples. Mas como ocorre este processo de autonomização?

O dinheiro

A gênese do dinheiro é o assunto da terceira subseção do primeiro capítulo. Lá, Marx demonstra meio logicamente como o dinheiro surge de um desenvolvimento da forma simples da troca de mercadorias. No estágio inicial da troca de equivalentes duas mercadorias quaisquer se equiparam (dois casacos por uma mesa) num ato que é tanto de compra quanto de venda. No estágio seguinte, num mercado já um pouco mais desenvolvido, a primeira mercadoria se compara não apenas com uma segunda, mas também com o restante das mercadorias ofertadas ali, mas de todo modo o ato de compra é, simultaneamente, o ato de venda. Esta simultaneidade acaba na terceira forma, na qual uma mercadoria determinada assume a função de dinheiro, servindo de equivalente universal a todas as outras mercadorias; este equivalente usualmente foi o ouro e a prata, mas pode ser uma mercadoria menos resplandecente, caso se queira. O

¹⁰ Marx, *A mercadoria* (1º capítulo da 2ª edição de *O Capital*), p. 34.

¹¹ Marx, *O Capital* (3º capítulo, 2ª seção), p. 93-4.

importante desta terceira forma, assim como da quarta, onde o dinheiro propriamente dito surge, é que não existe mais a simultaneidade do ato de compra e venda, isto é, um determinado produtor pode levar seu produto ao mercado e voltar dele sem ter comprado outra mercadoria, entesourando este equivalente geral para despendê-lo em outro lugar ou noutra momento.

É preciso fazer duas observações sobre as duas últimas formas. A primeira é que se destrói a “harmonia” nos mercados, pois o surgimento da figura do entesourador é ao mesmo tempo o surgimento das crises mercantis, pois ora haverá excesso de dinheiro e escassez de mercadorias, ora excesso de mercadorias e escassez de dinheiro. A segunda é que o dinheiro torna explícito um caráter metafísico único que já as mercadorias apresentavam implicitamente; isto é, o fato de ser um objeto “sensível suprassensível”¹². Marx insiste em diversos momentos que a mercadoria não é um objeto como os demais, mas que possui excentricidades singulares que a destacam frente às coisas cotidianas. *Grosso modo*, o principal aspecto estranho da mercadoria é ela ser, enquanto valor de uso, um objeto material, palpável, concreto, mas também ser, como objetificação de valor, um objeto imaterial, impalpável, abstrato – e também as mercadorias imateriais têm um caráter duplo, no sentido de possuírem uma utilidade contraposta à sua existência como suporte de valor. Este caráter “sobrenatural” das mercadorias é mais bem expresso em uma passagem da 1ª edição de *O Capital* que foi posteriormente suprimida, cito-a:

É como se ademais e para além dos leões, tigres, lebres e de todos os restantes animais reais, que agrupados conformam os diversos gêneros, espécies, subespécies, famílias, etc., do reino animal, existisse também *o animal*, a encarnação individual de todo o gênero animal.¹³

O que o autor nota nesta passagem é a existência do dinheiro, concomitantemente, como gênero e espécie: ele é tanto uma mercadoria singular pertencente ao gênero mercadorias, como casaco e mesa, quanto a simples encarnação do gênero mesmo, um animal indeterminado¹⁴.

¹² Marx, *A Mercadoria* (1º capítulo da 2ª edição de *O Capital*), p. 67.

¹³ Marx, *Das Kapital* (1ª edição de 1867), sem paginação. Tradução minha.

¹⁴ Jappe observa que: “Na sociedade mercantil, cada coisa tem uma dupla existência, enquanto realidade concreta e enquanto quantidade de trabalho abstracto. É este segundo modo de existência que se exprime no dinheiro, que merece portanto ser chamado abstracção real principal. Uma coisa ‘é’ uma camisa ou uma ida ao cinema e ‘é’ ao mesmo tempo 10 ou 20 Euros. Essa qualidade do dinheiro não pode ser comparada com nenhuma outra coisa; ela situa-se para lá da dicotomia tradicional entre ser e o pensamento, dicotomia para a qual uma coisa ou existe somente na cabeça, sendo pois imaginária – é esse o sentido habitual do termo abstracção – ou, pelo contrário, é efetivamente real, material, empírica.” Jappe, *As Aventuras da Mercadoria*, p. 39-40.

Para ressaltar este caráter de “abstração real” do dinheiro – na verdade do valor de troca, logo das próprias mercadorias – Marx o compara duas vezes. A primeira é entre a relação de valor e a relação de peso entre dois corpos: enquanto peso, dois corpos são reduzidos a um terceiro, determinada quantia de ferro, por exemplo, para serem comparados. Mas o peso exprime uma relação natural entre os dois corpos, ao passo que o valor “representa (...) uma propriedade sobrenatural”¹⁵. A segunda é entre a natureza do valor e a natureza da linguagem, e aparece nos *Grundrisse*: “Não menos falso é confrontar o dinheiro com a linguagem”, pois, “as ideias não são transformadas na linguagem, assim como se sua peculiaridade existisse separada e seu caráter social existisse junto a elas na linguagem, como os preços junto às mercadorias. As ideias não existem separadas da linguagem”¹⁶, enquanto o dinheiro (encarnação do valor de troca) existe separado das mercadorias. A questão é que o valor de troca, ao mesmo tempo em que é uma propriedade interna da mercadoria, é também uma propriedade externa, possui uma existência exterior, autônoma, no dinheiro.

Este quiproquó permite ao mercado desenvolver-se, passar de seus estágios menos desenvolvidos para a instituição central e organizadora da comunidade humana. Seu desenvolvimento é, concomitantemente, o rompimento dos limites da circulação simples, circulação na qual a finalidade é intercambiar mercadorias visando a sua própria utilidade, para realizar a transição à circulação capitalista, quando o intercâmbio passa a ser a própria finalidade, quando o comércio é feito visando principalmente o lucro, a valorização, e não diretamente o consumo. Diz Marx: “Onde estas determinações na circulação simples são positivamente independentes uma em relação à outra, como na mercadoria que se torna objeto de consumo, a determinação deixa de ser um momento do processo econômico;”, permanecendo dentro dos limites da circulação simples, porém, “onde negativamente, como no dinheiro, esta se torna uma loucura, uma loucura que cresce a partir do próprio processo econômico”¹⁷, loucura que se desenvolverá nas esferas onde o capital se desdobra.

¹⁵ Marx, *A mercadoria* (1º capítulo da 2ª edição de *O Capital*), p. 47.

¹⁶ Marx, *Grundrisse*, MEW, tomo 42, p. 96. Tradução minha.

¹⁷ Marx, *Fragment des Urtextes von ‘Zur Kritik der politischen Ökonomie’*, sem paginação. Tradução minha.

As antinomias da circulação simples

A transição da circulação simples para a circulação capitalista decorre de uma espécie de insuficiência da circulação simples para satisfazer as necessidades de valorização. Isto é, o capital não pode se desenvolver nesta esfera. Por quê? Porque a finalidade da troca é a satisfação das necessidades daqueles que a realizam, que são diretamente os produtores destas mercadorias. E a análise deste tipo de troca não é capaz de tornar o sistema capitalista inteligível, uma das finalidades de *O Capital*. A circulação simples é um passo fundamental para a construção desta inteligibilidade, mas serve apenas para apresentar as categorias básicas e mostrar os problemas decorrentes destas, que apontam para a necessidade de um posterior desenvolvimento; além de analisar um tipo de troca que é até o mais comum na civilização capitalista, mas não o que faz ser capitalista esta civilização. Isto é algo recorrente no modo de apresentação dialético, quando as últimas esferas fundamentam as primeiras e não o contrário.

Mas com isto surge a questão: o que é exatamente a circulação simples? Ela não é a análise da pré-história do capitalismo – isto será apresentado por Marx nos capítulos finais de *O Capital*, acerca da acumulação primitiva –, e, portanto, não serve como explicação sobre como foi possível o surgimento da comensurabilidade de todos os produtos do trabalho humano e seu desenvolvimento¹⁸; mas ela também não é a análise do tipo de troca padrão ou essencial do sistema capitalista, pois esta visa à valorização (ou o valor de troca) e não o consumo (ou o valor de uso), e precisa, portanto, explicar um ganho que é obtido através da troca de equivalentes, algo que não pode ocorrer dentro dos estreitos limites deste primeiro tipo de circulação. A circulação simples analisa, portanto, um tipo de troca de serviços ou entre produtores independentes da qual não é extraído lucro, e na qual nenhuma das partes se apresenta como capitalista; ou ainda a compra, seja por parte do trabalhador, seja do capitalista, de bens para consumo¹⁹.

¹⁸ A circulação simples é a circulação padrão das sociedades pré-capitalistas, embora as suas próprias categorias só cheguem ao pleno desenvolvimento nas sociedades capitalistas. É por isso que Marx diz que Aristóteles foi incapaz de formular a teoria do valor trabalho (o fato de a sociedade repousar sobre o trabalho escravo tornava impossível a consideração da igualdade de todos os trabalhos humanos, embora esta já existisse, em parte). Este é, contudo, um tema árduo que não pode ser estendido em toda sua profundidade aqui. Sugiro, para maior aprofundamento, a leitura de Ruy Fausto, *Marx: lógica e política*, tomo I, em especial os capítulos 3 e 4.

¹⁹ Cf. Marx, *Grundrisse*, p. 213; assim como Grespan, *A dialética do avesso*, p. 41-42.

A circulação simples é, de certa maneira, anterior a circulação capitalista, seja no plano histórico, seja no lógico. Porém, ela só se torna universal, isto é, plenamente desenvolvida, com o advento da circulação capitalista. A troca de mercadorias é algo extremamente antigo, mas a função social que a troca tinha não é comparável com aquela que, na sociedade moderna, ela tem.

Se uma determinada sociedade desenvolve a circulação simples, mas não a capitalista, ela certamente não fará parte do capitalismo, será uma sociedade comercial tal como as cidades comerciais antigas, Atenas, por exemplo. Lá a troca se desenvolveu bastante, foi uma cidade bastante monetarizada, e, portanto, enfrentou diversas crises comerciais devido à possibilidade do entesouramento, além do óbvio fato de que o principal comércio era com o exterior e não consigo própria, sendo influenciada assim por guerras e humores alheios à vontade mercantil. Mas o limite da circulação simples não foi, *grosso modo*, ultrapassado²⁰, tanto é que ela sempre repousou sobre trabalho escravo, ao menos nas questões ligadas à subsistência.

A análise da circulação simples mostrou que esta esfera já contém contradições, e sabe-se que por contradição deve-se entender que ela não é estática, mas movimentar-se para suprir certa necessidade interna, como o corpo que repele e atrai outro corpo, movimentando-se em elipse. A circulação simples põe problemas que não consegue resolver, impele processos para além de seus limites. Viu-se que, na análise da troca, um processo surge por trás dos indivíduos determinando a relação com a qual vão trocar seus trabalhos, e na análise da mercadoria, a oposição interna entre valor de uso e valor vai criar um processo autônomo, no qual o valor vai dominar cada vez mais o valor de uso. Estes dois processos são os mesmos, só que vistos de diferentes perspectivas. Eles surgem da circulação simples, mas não conseguem se realizar aí.

A inversão fetichista

Para surgir a circulação capitalista é necessário que a própria finalidade da troca se altere, passando da satisfação de necessidades para a valorização do valor. Esta alteração só é possível porque, na própria operação de troca de mercadorias surge um processo abstrato, impessoal e inconsciente, por trás dos indivíduos que a realizam. Este

²⁰ Ou ao menos havia sérias restrições ou tentativas de impossibilitar tal acontecimento; um exemplo é a condenação ao ostracismo de um cidadão que atingiu uma determinada riqueza muito elevada, colocando em risco o equilíbrio social (exemplo recorrente na Atenas clássica).

processo é fruto, segundo Marx, do fato de os indivíduos trocarem os seus produtos como se estes portassem valor, acreditando que a mercadoria porta o trabalho despendido na fabricação dela, mais ou menos como os católicos acreditam que a hóstia porta o corpo de cristo, e a este fenômeno social ele dá o nome de “fetichismo da mercadoria”. A partir de então, os produtos do trabalho humano dominarão os seus próprios produtores, de forma análoga a como, na religião, os produtos da imaginação humana dominam os que nestes acreditam.

Esta inversão faz com que as relações sociais se reifiquem, tornem-se coisas, ao passo que as mercadorias, e ainda mais precisamente o seu valor, se personifiquem, tornando-se sujeitos. A partir do momento em que esta crença passa a moldar as relações humanas ela se materializa, de modo que a inversão não é apenas na consciência humana, um engano na maneira de apreender o mundo social, mas uma inversão do próprio mundo social. São as próprias relações humanas que, invertidas, possibilitam o surgimento do processo capital na circulação capitalista.

1.2 A circulação capitalista

A circulação capitalista surge com a mudança da finalidade da troca. Na circulação simples os proprietários de mercadorias trocavam-nas visando o valor de uso, a satisfação de necessidades, agora, na circulação capitalista, o objetivo será a própria troca, ou melhor, o ganho que se consegue nela.

A relação de troca da circulação simples é expressa em termos formais como M-D-M (isto é, Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria). Sabe-se que esta forma possibilita o entesouramento, a venda de uma mercadoria com uma subsequente retirada do dinheiro da circulação, que só em outro momento, e possivelmente em outro lugar, volta a entrar nela novamente. Acrescenta-se a isto o desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento, uma função que aumenta sua importância e difusão, e já se encontrará situações que o dinheiro não é mais um meio para a realização da troca, mas uma finalidade em si.

Mas para ver surgimento do capital é necessário mudar de perspectiva: “abstraiamos o conteúdo material da circulação de mercadorias, o intercâmbio dos diferentes valores de uso, e consideremos apenas as formas econômicas engendradas

por este processo, então encontraremos como seu produto último o dinheiro”²¹. A mudança de perspectiva é apenas olhar o dinheiro em suas metamorfoses, e não mais partir da mercadoria. O que se revelará com esta mudança é o aparecimento de outra forma de dinheiro: “Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação”²². Esta mudança pode ser expressa formalmente como D-M-D. Comprar mercadorias para novamente vendê-las, eis a circulação do dinheiro como capital, mas este processo “seria insofocável e sem conteúdo caso se quisesse, por intermédio de seu rodeio, permutar o mesmo valor em dinheiro por igual valor em dinheiro”²³.

A circulação capitalista, por sua vez, é marcada pelo comprar para vender, mas se isto ocorre é porque algo se transforma neste processo. Na circulação simples, os proprietários trocavam suas mercadorias porque queriam a utilidade da mercadoria alheia; na circulação capitalista o proprietário de dinheiro compra mercadorias para vendê-las por dinheiro. Não pode, portanto, querer a mesma quantia, pois aí lhe seria mais interessante o simples entesouramento, e não se pode querer um dinheiro qualitativamente diferente, pois o dinheiro é justamente uma abstração sem qualidades. Decorre, portanto, que a ação do proprietário de dinheiro é simplesmente adiantá-lo e incrementá-lo. Adiantá-lo, porque o dinheiro voltará a ele no final do processo, incrementá-lo, porque a quantidade de dinheiro resultante do processo será maior do que aquela que o começou. Não se trata assim de D-M-D, mas D-M-D’, sendo D’ o dinheiro inicial acrescido de um incremento, ao qual Marx denomina mais-valia.

Definição de capital

Com o surgimento da mais-valia surge o capital: “O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital”²⁴. Eis, portanto, a definição de capital: valor que se valoriza. É importante ressaltar que o capital não é uma entidade estável, mas um processo, um processo no qual a mesma categoria serve de sujeito e de objeto, o valor. Como o dinheiro, o valor existe nas duas

²¹ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 1ª seção), p. 125.

²² Marx, *O Capital* (4º capítulo, 1ª seção), p. 125.

²³ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 1ª seção), p. 126.

²⁴ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 1ª seção), p. 128.

formas, pode ser valor *sans phrase*, que não vai além dos limites da circulação simples, ou pode se tornar capital, aumentando sua própria grandeza num movimento infinito. O próprio autor ressalta esta característica ao comparar as duas formas de circulação; enquanto “a circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades”, “a circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro deste movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável”²⁵.

E logo após ressalta a dimensão sujeito-objeto do valor, mostrando que ele é tanto o agente quanto o coagido em seu movimento, tornando-se um “sujeito automático”:

Na circulação D-M-D, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. Ele passa continuamente de uma forma a outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num *sujeito automático*. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, *o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza*, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, *se autovaloriza*. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização²⁶.

Eis, portanto, o capital, um processo no qual o valor aumenta a si mesmo, com um “impulso cego, desmedido”²⁷, de maneira “insaciável”, infinita. E a circulação capitalista é esta circulação na qual o valor em sua forma capital se transforma continuamente de dinheiro em mercadoria e de mercadoria em dinheiro com o único objetivo de, ao final de cada rodada da circulação, autovalorizar-se, aumentar sua grandeza.

Viu-se que a circulação simples continha contradições que geravam um movimento para além dela mesma; pois bem, o processo que estas contradições criam é o próprio capital: “O capital mesmo é a contradição em processo”²⁸, “uma contradição viva”²⁹, esta contradição cria um movimento ascendente, pois aumenta de magnitude a

²⁵ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 1ª seção), p. 129.

²⁶ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 1ª seção), p. 130. Ênfase minha.

²⁷ Marx, *O Capital* (8º capítulo, 5ª seção), p. 211.

²⁸ Marx, *Grundrisse*, MEW, tomo 42, p. 601. Tradução minha.

²⁹ Marx, *Grundrisse*, MEW, tomo 42, p. 336. Tradução minha.

cada rodeio, o capital “é uma linha em espiral, uma curva que se amplia, não um simples círculo”³⁰.

Força de trabalho, mercadoria sui generis

Resta ainda por explicar a operação principal que transforma o valor em capital e a circulação simples em circulação capitalista, isto é, explicar como o valor adquire esta qualidade mágica de se automultiplicar. Já se sabe que o valor adquire um excedente a cada rodada da circulação, que este excedente é denominado mais-valia, trata-se, agora, de investigá-la.

A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanescentes ao intercâmbio de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. São essas as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta!*³¹

A mais-valia tem que acontecer fora da esfera da produção porque o possuidor de mercadorias não pode valorizar valor sozinho. Pode, no máximo, acrescentar trabalho a outra mercadoria, comprar couro e vender bota, mas com isto o “valor do couro permanece o que era”³². Ao mesmo tempo, a valorização não pode ocorrer na esfera da circulação a não ser como engodo, como comprar uma mercadoria e vendê-la mais caro em outro mercado (ou emprestar dinheiro com juros, etc.); porém seu ganho se dissolveria no momento em que tivesse que comprar novamente mercadorias e submeter-se por sua vez a um engodo igual – esta forma de valorizar valor pode até ocorrer marginalmente, em ocasiões determinadas, mas nunca como forma essencial da valorização³³. Que alternativa resta? A única possibilidade é comprar uma determinada mercadoria “cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por

³⁰ Marx, *Grundrisse*, MEW, tomo 42, p. 190. Tradução minha.

³¹ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 2ª seção), p. 138.

³² Marx, *O Capital* (4º capítulo, 2ª seção), p. 138.

³³ A valorização do valor unicamente dentro da circulação pode ser uma prática comum e até desenvolver-se em certa medida, como já ocorreu em diversos momentos da antiguidade. Porém, para se tornar uma prática mundial e geral, ela só ocorre na forma específica da mais-valia, com a compra da força de trabalho.

consequente, criação de valor” e que mercadoria pode ser esta? “A capacidade de trabalho ou força de trabalho”³⁴.

A força de trabalho só se dissemina como uma mercadoria nas sociedades em que vige o modo capitalista de produção (a venda da força de trabalho e, portanto, o trabalho assalariado, já existe nas sociedades pré-capitalistas, mas sua existência é marginal, pequena frente ao trabalho escravo, vassalo ou servil). Para ela surgir como mercadoria são necessárias duas condições: em primeiro lugar, que o trabalhador seja proprietário de sua força de trabalho, isto é, que ele seja livre, não escravo, é preciso que ele venda sua força de trabalho e não que alguém o venda; em segundo lugar, é preciso que ele não possa vender o produto de seu trabalho, que ele seja livre num segundo sentido, de não possuir “outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho”³⁵, isto é, que ele não seja o dono dos meios de produção.

A mais-valia só pode surgir, portanto, da diferença entre o preço que o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho e o valor que esta produz. A primeira questão ainda pertence à esfera da circulação capitalista, mas a segunda só será respondida na próxima “camada”, a produção capitalista; por isso a mais-valia surge exatamente no interstício entre ambas, nem na esfera da circulação e nem fora dela.

Como é determinado o valor da força de trabalho? “Pelo tempo necessário à produção, portanto também reprodução” dela, isto é, “o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor”³⁶. Aos meios de subsistência mais imediatos deve se efetuar um acréscimo para que esta mercadoria possa perpetuar-se e seguir aparecendo no mercado, para que o trabalhador possa constituir uma prole que no futuro haverá de vender-se novamente no mercado de trabalho. Marx é consciente de que diversos outros aspectos entram na determinação deste preço, pois sabe que as “necessidades básicas” se alteram seja por questões naturais – o clima que obriga que o trabalhador tenha, em locais frios, uma melhor habitação e um vestuário mais quente; históricas – o fato de que as necessidades básicas também se refinam com o desenvolvimento da cultura; e mesmo morais, variando pelas aspirações da classe trabalhadora, hábitos, educação, etc.. Há um mínimo intransponível: o suficiente para comprar o necessário à sobrevivência imediata do trabalhador, mas este valor mínimo

³⁴ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 2ª seção), p. 139.

³⁵ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 2ª seção), p. 140.

³⁶ Marx, *O Capital* (4º capítulo, 2ª seção), p. 141.

atrofia esta mercadoria e provoca uma futura escassez. Há, como se verá mais adiante, também um valor máximo, o valor que ela mesma cria e que, portanto, não permite um ganho às suas custas, abolindo a criação de mais-valia.

A questão de quanto valor a mercadoria força de trabalho produz está além do escopo da “camada” da circulação capitalista e exige a transição à investigação da produção capitalista. Como a circulação simples, a circulação capitalista coloca questões que ela mesma não consegue resolver, carecendo de um fundamento posterior.

2. A produção capitalista

A diferença da força de trabalho frente às demais mercadorias decorre do fato de ela mesma produzir valor. Uma das coisas que diferencia o capitalismo frente aos outros modos de produção que existiram é que o trabalhador não vende o produto de seu trabalho, mas tampouco é ele mesmo vendido como escravo. O trabalhador se auto-aluga no mercado de trabalho, cede sua força de trabalho em troca de um salário. O intercâmbio e a utilização desta mercadoria específica possibilitam a aparição da mais-valia, porque o valor dado ao trabalhador como salário é menor do que o valor que ele mesmo produz, e, portanto, permite a aparição do capital, pois aí o valor já consegue se autovalorizar.

A “camada” da produção capitalista tem por função tornar inteligível como são produzidas tanto as mercadorias quanto esta diferença de valor (a mais-valia), apontando também para certas tendências internas deste processo assim como aos efeitos que este processo causa nas pessoas diretamente envolvidas nele. Esta “camada” abrange a maior parte do primeiro livro de *O Capital*, mais precisamente da seção III à IV (e, portanto, do capítulo 5 ao 20).

As duas perspectivas da produção

Logo no primeiro capítulo que trata da produção Marx faz questão de salientar uma dupla perspectiva que se manterá ao longo de toda a análise dela, a saber: por um lado, vê-se a produção concretamente, com pessoas de carne e osso trabalhando a fim de conseguir sua subsistência; e por outro, vê-se abstratamente, como um processo no qual o capital desdobra sua lógica imanente, impondo seus desígnios à realidade. Esta dualidade traz para esta nova “camada” aquela que já aparecia na própria estrutura da

mercadoria, na qual também o valor, uma espécie de lógica abstrata da mercadoria, se impunha frente ao valor de uso.

Num primeiro momento, Marx nomeia a primeira destas perspectivas de “processo de trabalho”, processo pelo qual o “homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”³⁷. Esta definição é considerada “abstrata” pelo próprio autor³⁸, que em outros textos observa que a própria categoria de trabalho é uma categoria eminentemente moderna³⁹. O importante a salientar sobre esta primeira perspectiva é que aí Marx tratará de descrever a produção capitalista de mercadorias – isto é, aquela na qual os trabalhadores trabalham para o capitalista em troca de salário; quase empiricamente, a partir da visão de seus próprios participantes. Esta perspectiva sozinha é incapaz de tornar inteligível a “camada” da produção, pois não é imediatamente aparente aos participantes (capitalistas e proletários) deste processo (o capital) que a real finalidade da produção de mercadorias não é a satisfação das necessidades, mas sim a autovalorização do valor. A segunda perspectiva, denominada “processo de valorização”, conta o mesmo processo, mas não do ponto de vista de seus participantes (capitalistas e proletários), mas sim de seu verdadeiro sujeito (o valor). Esta segunda perspectiva não é a de um pensador filósofo pairando em um ponto arquimediano fora do objeto investigado, exterior a ele, mas resulta da observação deste determinado processo social, cuja especificidade é justamente ocorrer às costas de seus participantes. A diferença desta perspectiva é que ela sai do plano imediato, constatando a forma historicamente determinada de mediação da sociedade capitalista, isto é, que as pessoas não se relacionam direta e conscientemente, mas sim através das suas próprias produções, de modo indireto e inconsciente.

Personificação do capital, reificação das relações sociais

Foi visto que o capitalismo é um processo no qual ele é tanto o sujeito (valor) quanto o objeto (que é valorizado). E sabe-se, de antemão, que o valor ou o capital não são naturais, e que, portanto, o capitalismo não pode ser um processo natural. É,

³⁷ Marx, *O Capital* (5º capítulo, 1ª seção), p. 149 (tradução emendada).

³⁸ Cf. Marx, *O Capital* (vol. II, 14º capítulo, 1ª seção), p. 105.

³⁹ “O trabalho parece ser uma categoria muito simples. E também a representação do trabalho nesse sentido geral – como trabalho em geral – é muito antiga. Entretanto, concebido economicamente nesta simplicidade, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna quanto às categorias que engendram esta abstração”. Marx, *Introdução à Para a Crítica da Economia Política*, p. 16.

obviamente, um processo social. Um processo social tem, necessariamente, a própria sociedade como protagonista. Como conciliar, contudo, o valor como sujeito e a sociedade como protagonista? Quem seria o agente desta determinada forma histórica? O próprio Marx responde: “As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar”⁴⁰, portanto, não é o valor que sai por aí realizando seus desígnios, para isto necessita das pessoas. Se as pessoas são os agentes da história humana, o capitalismo é uma determinada forma específica muito particular de agência, ou de mediação social. A especificidade desta forma de mediação social é que as pessoas se relacionam através dos produtos de seus trabalhos, ou melhor, as pessoas delegam aos produtos de seus trabalhos o poder da relação social, e as coisas se relacionam entre si como se fossem pessoas, assim como as pessoas relacionam-se de forma coisificada. Decorre disto que as pessoas delegam às mercadorias, ou mais especificamente ao valor, a própria agência do processo social. E sofrem as consequências deste processo como se fosse externo e alheio a elas mesmas, de forma análoga a como sofrem os processos naturais. É por isto que Marx fala no primeiro capítulo que o “seu movimento social próprio [isto é, das pessoas que participam do processo capitalista] possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle eles estão, em vez de o controlar”, e logo após, que esta forma específica de relação social “impõe-se violentamente, como uma lei natural reguladora, mais ou menos [como] a lei da gravidade, quando a alguém a casa desaba sobre a cabeça”⁴¹.

Se, portanto, o capital se personifica se tornando sujeito, também as pessoas se tornam meros suportes. E isto Marx explicita tanto no prefácio à primeira edição de *O Capital*, quando diz que “aqui só se trata de *pessoas* à medida que são personificações de categorias econômicas, *suportes* de determinadas relações de classe e interesses”⁴² quanto no segundo capítulo, sobre o processo da troca, quando diz que “os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como suportes das quais elas se defrontam”⁴³. Marx sabe que a reificação não é um fenômeno específico do capitalismo, que a escravidão, por exemplo, transforma um indivíduo em um objeto, em uma propriedade de alguém, isto é, uma relação entre duas pessoas transforma-se numa relação entre uma pessoa e sua coisa. O

⁴⁰ Marx, *O Capital* (2º capítulo, 1ª seção), p. 79.

⁴¹ Marx, *A Mercadoria* (1º capítulo da 2ª edição de *O Capital*), p. 73.

⁴² Marx, *O Capital* (prefácio a 1ª edição), p. 13 (tradução emendada).

⁴³ Marx, *O Capital* (2º capítulo, 1ª seção), p. 80 (tradução emendada).

que há de novo sob o capitalismo é que não é propriamente a pessoa que se reifica, mas a própria relação social. Uma relação entre duas pessoas torna-se assim uma relação entre duas coisas, porque as pessoas como que se escondem atrás dos produtos de seus trabalhos – na circulação simples – ou de suas funções econômicas – na circulação capitalista.

A outra diferença é que não é uma parte da sociedade que é reificada – como nas formas sociais pré-capitalistas acontece com os escravos ou os servos – mas sim todas as relações sociais. A reificação é universal. Não só os proletários servem como peças na engrenagem de valorização, mas também os capitalistas. Quando estes perdem o capital perdem imediatamente sua função, deixam de ser seu representante. Diferem radicalmente do senhor feudal, que despendia sua riqueza a seu bel-prazer. O capitalista serve a sua riqueza mais do que a utiliza, por isso eleva o ideal de abstinência e trabalho árduo não só a seus trabalhadores como a si mesmo.

A produção da mais-valia

O capitalista, com seu dinheiro-capital, compra tanto a força de trabalho de que necessita quanto os meios de trabalho para despender esta força. Seu capital, portanto, é composto de duas partes, que são denominadas “capital constante” e “capital variável”. O capital constante é o dinheiro investido nos meios de trabalho, isto é, nas construções onde a produção ocorrerá, nas ferramentas que precisará e na matéria prima que será transformada, assim como em outras eventuais despesas auxiliares. Já o capital variável é o dinheiro investido na compra da força de trabalho, o dinheiro que paga o salário dos trabalhadores. A proporção do capital que será constante e que será variável não é fixa, mas se altera com o tempo e com o ramo da produção.

Não é o capital constante que tem o dom de produzir mais-valia. Ele não só não se valoriza sozinho quanto ainda decresce se a ele não é aplicada a força de trabalho, pois enferruja, emperra etc.. O capitalista não adianta seu dinheiro visando à produção de mercadorias, mas sim visando o acréscimo de dinheiro que lhe retornará desta produção. Se despender seu dinheiro, é porque espera que este volte a ele em uma quantia maior. Este acréscimo é oriundo justamente do capital variável.

Imagine-se um capitalista industrial com um capital de um milhão de reais. Aceite-se que ele irá gastar trezentos mil nas construções de sua indústria, quinhentos na maquinaria e cem na matéria prima que será despendida na primeira “rodada” da

produção, e seu capital constante consistirá em nove décimos de seu capital total. Com os outros cem mil o capitalista imaginário terá contratado, também para esta primeira “rodada”, diligentes operários para produzir a mercadoria que será posteriormente vendida. Suponha-se, por fim, que lhe retornem, da venda destas mercadorias, trezentos mil reais. Retornaram os cem mil despendidos na matéria prima, os cem mil na força de trabalho, e cem mil terá sido o dinheiro acrescentado, que constitui o lucro do capitalista⁴⁴. O capital inicial de um milhão de reais tornou-se assim um milhão e cem. Cem mil reais, neste exemplo, é a massa de mais-valia. E a taxa de mais-valia é igual à massa de mais-valia sobre o capital variável adiantado, neste exemplo, cem por cento.

Digamos que o capitalista tenha cumprido a legislação vigente, exigindo que seus trabalhadores despendessem apenas as 44 horas de trabalho semanais, oito nos dias de semana e quatro no sábado. Este tempo, chamado *jornada de trabalho*, é por sua vez dividido também em duas partes, que também variam de acordo com o tempo e com o ramo da produção. A primeira parte é o *tempo de trabalho necessário*, o tempo de trabalho que o trabalhador despendeu, no qual ele produziu o valor que lhe é devolvido como salário. O segundo, chamado *tempo de trabalho excedente*, é o tempo de trabalho que o trabalhador despendeu, mas que é dado gratuitamente ao capitalista, criando o valor que é acrescido, como mais-valia, ao capital inicial. No exemplo dado acima, metade do tempo de trabalho seria necessário e metade excedente. Visto deste modo, o capitalismo mostra uma semelhança muito grande com a forma histórica que o precede, o feudalismo, pois aí também o servo trabalhava uma determinada quantia de horas para si mesmo e uma quantia para o senhor feudal. A diferença é que ao servo era visível a quantia que despendia para si e a que lhe era “roubada”, enquanto ao trabalhador assalariado estas quantias passam despercebidas.

Ao capitalista, como representante das vontades do capital, interessa criar a maior quantia possível de mais-valia. É do seu interesse, portanto, que o trabalhador trabalhe a maior quantia possível de horas excedentes, enquanto é do interesse do trabalhador que esta quantia seja o mínimo, ou ainda que sequer exista. A duração da jornada de trabalho é assim o resultado de uma luta histórica entre o conjunto dos trabalhadores (a classe trabalhadora) e o conjunto dos capitalistas (a classe capitalista), nas quais tanto o trabalhador quanto o capitalista apresentam seus direitos: o capitalista,

⁴⁴ Este é um exemplo um pouco simplificado. Seria necessário também levar em conta que a construção e as ferramentas também se desgastam, de modo que parte do dinheiro que retorna tem que ser investido em sua reparação e manutenção.

enquanto comprador, tem o direito de aproveitar ao máximo a mercadoria adquirida; o trabalhador, por sua vez, tem também o direito de limitar a duração temporal em que cede sua mercadoria, a força de trabalho, assim como de exigir que esta lhe seja devolvida tal como foi vendida, isto é, que o trabalhador não se estafe a ponto de não conseguir vender-se de novo no dia seguinte.

É na regulação da duração legal da jornada de trabalho que o tema da “luta de classes” aparecerá pela primeira vez em *O Capital*. Acerca desta questão, os diversos trabalhadores terão o mesmo objetivo, que haja uma regulação sobre a jornada de trabalho e que esta jornada seja a menor possível⁴⁵. Também os diversos capitalistas terão o mesmo objetivo neste assunto, que não haja regulação alguma, e, se isto não for possível, que a regulação seja suave e, de preferência, ineficaz. O importante a salientar aqui é que esta luta é a de vendedor e comprador barganhando o melhor preço e as melhores condições para seu negócio; que se trata aí da troca de equivalentes, onde nem contratante nem contratado devem sair lesados. Marx, ao analisar este assunto, faz um pequeno histórico desta questão, mostrando que a duração da jornada de trabalho aumentou enormemente com o começo e com o desenvolvimento da revolução industrial, quando não havia regulação alguma, alcançando dezoito horas ou mesmo mais nos momentos mais propícios aos negócios; e relata casos em que o excesso de trabalho foi a causa certa de mortes precoces e outras desventuras laborais. Com a regulação esta quantia foi abaixando até que o *Factory Act* de 1867 estabeleceu sessenta horas semanais, dez horas e meia nos dias de semana e oito aos sábados (sendo esta a última lei que Marx aborda em sua obra, cuja primeira versão saiu neste mesmo ano de 1867).

Marx chama a mais-valia obtida pelo aumento da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário de mais-valia absoluta. Mas este não é o único modo de aumentar o montante de mais-valia extraída do trabalhador. É possível também diminuir o tempo de trabalho necessário, de modo que na mesma quantia de tempo de trabalho haja uma parcela maior de tempo de trabalho excedente. Isto só é possível

⁴⁵ Há uma grande diferença acerca deste tópico em *O Capital* e nas obras de juventude de Marx (e pouco percebido pelos comentadores e críticos). Nas suas primeiras obras, é comum Marx argumentar que o interesse do proletariado é o interesse da humanidade, e que, além disto, o proletariado é o sujeito revolucionário, tendo como único interesse a própria superação do capitalismo (cf. *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, *A Ideologia Alemã* e o *Manifesto Comunista*). Em *O Capital*, Marx não aponta para um sujeito revolucionário, e tampouco fala de uma classe cujo interesse próprio e interesse da humanidade coincide; sequer diz que o interesse da classe trabalhadora é a negação da ordem existente, mas sim que esta apenas quer ser esfalfada o menos possível.

através da redução dos salários dos trabalhadores, ocasionado pelo barateamento das mercadorias que lhes são indispensáveis, barateamento este que é causado pelo aumento da produtividade do trabalho. A mais-valia assim obtida é denominada por Marx de mais-valia relativa.

A análise da intensificação do processo de trabalho revelará um dos aspectos mais interessantes desta forma histórica, o seu constante revolucionamento dos meios de produção. Cada capitalista individual possui como objetivo aumentar seu capital e, para isto, precisa sempre extrair uma massa de mais-valia maior deste processo. Na medida em que não pode aumentar ao infinito a duração da jornada de trabalho, e acrescido o fato de que esta, por meio de regulações legais, pode até mesmo diminuir, além da necessidade de manter o preço de suas mercadorias a níveis competitivos, não resta ao capitalista outra opção senão descobrir um modo de produzir mais mercadorias com o mesmo número de trabalhadores (ou até menos) no mesmo espaço de tempo (ou até menos). Marx diz que houve (até a época em que ele escreveu) três configurações históricas dentro do capitalismo, que são também as três grandes mudanças de intensidade do trabalho: a cooperação simples, a manufatura e a maquinofatura. Todas as três seguem existindo hoje em dia, mas a manufatura superou a cooperação simples em importância e, posteriormente, a maquinofatura fez o mesmo com ela.

O surgimento da cooperação simples a partir das corporações medievais demarca, para Marx, o início do capitalismo. Isto se dá no começo do século XVI⁴⁶. A principal diferença entre a corporação medieval e a cooperação simples capitalista é quantitativa. Este é um dos casos em que, segundo Marx, se aplica a descoberta de Hegel (na *Ciência da Lógica*) de que uma diferença quantitativa pode tornar-se uma diferença qualitativa. O capitalismo só surge quando o líder da corporação consegue acumular uma grande quantia de dinheiro e é capaz de empregar conjuntamente um grande número de trabalhadores⁴⁷. O fato de trabalharem lado a lado e no mesmo processo diminuirá os custos e as perdas que antes ocorriam devido às distâncias temporais e espaciais entre as diferentes etapas de produção, de modo que o produto

⁴⁶ Marx só explicita esta datação no capítulo 24, sobre a acumulação primitiva. Cf. Marx, *O Capital*, vol. II, p. 263-4.

⁴⁷ O mesmo processo de cooperação simples existiu em outros momentos históricos nos quais ocorreu uma grande acumulação prévia, a diferença é que, no capitalismo, esta acumulação “se valoriza em novo trabalho vivo, ao invés de colocá-la (gastá-la) em pirâmides (...) como os reis egípcios” (*Grundrisse*, p. 347). As pirâmides egípcias e a muralha da China são exemplos de trabalhos em cooperação simples, contudo sem a intenção capitalista de empregar o trabalho para a obtenção de lucro.

feito pelo conjunto de trabalhadores é maior do que a soma que teria sido feita pelos mesmos trabalhando individualmente. Para haver cooperação simples é preciso também que se tenham rompido os limites mais imediatos do mercado, fazendo com que este seja capaz de absorver um número muito maior de uma determinada mercadoria que é aí produzida. A cooperação simples, contudo, só ocorre onde um mesmo capital emprega um grande número de trabalhadores sem que a própria divisão do trabalho seja muito grande, sendo este o caso, por exemplo, dos trabalhos sazonais em grandes fazendas.

A manufatura propriamente dita surge em meados do século XVI e domina a produção de mercadorias até o final do século XVIII. Ela mantém o aspecto central da cooperação simples, isto é, um mesmo capital empregando concomitantemente muitos trabalhadores, mas difere dela porque há uma divisão acentuada do trabalho. O processo de produção da mercadoria é aí decomposto em diversas etapas e cada trabalhador se ocupará com apenas uma ou pouco mais de uma. A fim de aperfeiçoar o processo de trabalho criam-se inúmeras ferramentas, sendo cada uma delas aperfeiçoadas para realizar cada pequena função do modo mais rápido e preciso. Na manufatura, a diferença entre a soma do trabalho total destes trabalhadores atuando em conjunto é diversas vezes superior a que seria se trabalhassem em separado, isoladamente, ou ainda se trabalhassem conjuntamente como na corporação medieval ou na cooperação simples. Há duas formas principais de manufatura: a manufatura heterogênea, exemplificada pela produção de relógios, onde os diversos trabalhadores não precisam trabalhar ao mesmo tempo e nem no mesmo local; e a manufatura orgânica, exemplificada pela produção de agulhas ou de garrafas de vidro, onde cada trabalhador é parte de um grande corpo (trabalhador coletivo) que só atua em conjunto, sincronizadamente. Em ambos os casos, a manufatura transforma o artífice num trabalhador, especializando-o numa função específica. Como o trabalhador realiza na manufatura uma única função repetidas vezes, o custo de preparar o trabalhador é muito menor, assim como a habilidade requerida dele. Isto possibilita que trabalhadores rudes que antes não poderiam entrar nas corporações de artífices agora encontrem facilmente seus postos na manufatura, mas também significa que o salário seja reduzido em grande parte e que o trabalho seja muito mais maçante. A parcialização do trabalho requer assim o embrutecimento do trabalhador, que se torna, nas manufaturas, nas palavras de um grande apologista deste sistema, Adam Smith, “tão estúpidos e ignorantes quanto é

possível a uma criatura humana tornar-se⁴⁸; processo ao qual Marx chama de patologia industrial.

Com a revolução industrial, no final do século XVIII, desenvolve-se a maquinofatura, barateando as mercadorias e reduzindo o trabalho necessário para produzi-las em grandes proporções. Segundo Marx, a diferença específica da maquinofatura é que a ferramenta de trabalho fica em posse da máquina e não mais do trabalhador, que por isso passa a ter uma relação distinta com o produto de seu trabalho. Não é mais ele que faz o produto, mas apenas contempla a fabricação, alimentando e supervisionando o trabalho da máquina. Como as funções tornam-se ainda mais simples, e grande parte delas não requer muita força, cresce a parcela de mulheres e crianças trabalhando. O elevado custo da maquinaria também faz com que o capitalista prolongue a jornada de trabalho, visando a utilizar ao máximo, se não mesmo ininterruptamente (com o sistema dos turnos). Por fim, também faz com que o trabalho se intensifique, exigindo uma atenção maior dos trabalhadores. A maquinaria produz muito mais mercadorias necessitando muito menos trabalhadores do que a manufatura, criando uma população supérflua, que não é mais necessária para valorizar valor; assim como um exército industrial de reserva, que só é ocupado nos momentos que os negócios expandem-se ou em trabalhos sazonais. Desnecessário dizer que a patologia industrial só se intensifica com o advento da maquinaria.

Marx observa que o processo de intensificação do trabalho é também um processo de deterioração do trabalhador, pois cada vez mais tanto o meio de produção quanto o produto do trabalho aparecem frente a este como algo exterior. O trabalhador que lidava com a ferramenta e produzia a mercadoria tornou-se o trabalhador parcial que abastece a máquina com matéria prima e realiza unicamente uma pequena função quase insignificante da produção de cada mercadoria singular. Tornou-se uma engrenagem de um corpo que ele mesmo não controla, mas pelo qual é controlado.

3. A reprodução capitalista

É difícil situar num ponto exato de *O Capital* a transição da produção para a reprodução capitalista. Principalmente porque Marx adianta grande parte das novidades desta nova “camada” quando ainda trata da produção. Mesmo assim, creio que se pode

⁴⁸ Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of the Nations*, tomo II, p. 782.

dizer que a reprodução capitalista abrange a última seção (VII) do primeiro livro de *O Capital* (ou seja, do capítulo 21 ao 25). A produção capitalista visou tornar inteligível o modo pelo qual, no capitalismo, as mercadorias foram e são feitas. Antes desta análise, Marx mostrou como o dinheiro circula e torna-se capital. A reprodução capitalista irá conjugar estas duas análises mostrando como, através da produção e circulação, o capital perpetua-se num movimento infinito, que não possibilita às pessoas outra opção senão a subordinação ao seu despotismo. A passagem da produção à reprodução capitalista consiste, portanto, num passo atrás que permite contemplar o movimento do capital através de um número maior de mediações, tornando possível “reproduzi-lo em pensamento”, percebê-lo em sua totalidade.

O desvanecer das ilusões pela perspectiva ampliada

A transição da produção para a reprodução do capital tem como característica principal o fim da ilusão de que existe uma troca de equivalentes entre capitalista e trabalhador. No momento em que se sai da análise da produção em um plano mais imediato para perceber não como se dá apenas uma rodada da produção de mercadorias, mas sim o conjunto delas, percebe-se que o valor que o capitalista utiliza para contratar o trabalhador foi criado por este próprio trabalhador (não como indivíduo, mas como conjunto ou “classe”). Os capítulos finais, que detalham a gênese histórica do capitalismo (contrapondo-se aos iniciais, que tratam mais de uma gênese conceitual do mesmo), também mostram que aquilo que aparenta ser a livre decisão do trabalhador de vender sua força de trabalho é, na verdade, uma opção forçada. O trabalhador opta por realizar esta venda, mas é a única opção que lhe garante a subsistência. Por fim, a saída da produção para a reprodução revela o impacto da concorrência e começa a expor os limites à expansão do capital. Vale a pena analisar mais de perto estes três assuntos.

Em um trecho do capítulo quatro, Marx conta que as cidades da Ásia Menor pagavam anualmente um tributo para Roma, que com este dinheiro comprava diversas mercadorias dos asiáticos, muitas vezes por um preço superior ao encontrado no mercado. Os asiáticos podiam até se sentir experts, enganando Roma, mas seguiam sendo depenados, pois o dinheiro com o qual Roma comprava suas mercadorias era deles mesmos. Algo análogo ocorre com a (pseudo) troca entre capitalista e trabalhador. O capitalista paga ao trabalhador o valor que este cria durante uma parte de sua jornada laboral, a outra o próprio capitalista apropria para si. Com este valor apropriado ele

pagará a próxima jornada, na qual o trabalhador recriará, novamente, valor. O que aparenta ser troca é, na verdade, expropriação. Pois o valor com o qual o capitalista contrata o trabalhador foi extraído do próprio numa rodada anterior da produção. O capitalismo baseia-se, portanto, numa operação muito semelhante à operação básica feudal. Lá, o vassalo trabalhava ora para o senhor, ora para si próprio; subsistia, portanto, pelo seu próprio esforço, mas este esforço também criava uma existência bem mais agradável, a do senhor feudal. Agora, o trabalhador trabalha ora para si, ora para o capitalista; subsiste ele também pelo esforço de sua labuta, mas esta labuta também cria uma existência mais prazerosa que a dele. A diferença principal entre ambos é que o vassalo sabe o quanto trabalha para si e o quanto para o seu senhor, está, por assim dizer, sob uma dominação direta; enquanto o trabalhador moderno é explorado indiretamente, sob o disfarce de transações justas e equitativas.

Mas se é uma transação injusta e exploratória, então porque o trabalhador opta por vender a sua força de trabalho e não o produto dele? Porque aceita se submeter ao capitalista e produzir sob seus comandos? A resposta é que se trata, mais uma vez, de uma pseudo-opção, ou de uma escolha forçada. Na análise da produção viu-se que o capitalismo desenvolveu a intensificação da produção através da combinação de diversos trabalhadores que cooperam, produzindo mais que a soma de seus trabalhos individuais. Se na cooperação simples esta diferença (entre, por exemplo, o produto final de cem trabalhadores que labutam juntos e o produto final de cem que labutam em separado) é razoavelmente pequena, na manufatura ela se multiplica algumas vezes e, com a maquinofatura, se potencia. O crescimento da produção torna as mercadorias singulares cada vez mais baratas, e com um custo de produção também muito menor. A consequência disto é que os pequenos produtores não conseguem competir com as manufaturas, e muito menos com as maquinofaturas, pois seus produtos são muito mais caros. Não resta, assim, outra opção a estes pequenos produtores senão a de abandonarem a sua produção em prol de trabalharem para os capitalistas. Ao mesmo tempo, uma série de medidas ainda dificulta (ou melhor, impossibilita) quem resiste a tal (pseudo) escolha: o cercamento e privatização dos campos comuns impede a criação de pequenos rebanhos, pondo fim às práticas de muitos séculos de pequenos agricultores, forçando-os a trabalharem em grandes fazendas ou migrarem para as novas cidades industriais; a proibição do recolhimento de lenha nos bosques e florestas etc.. Além disso, o indivíduo que não se dobra às circunstâncias e prefere a vadiagem ao

labor industrial vê o seu ócio tornar-se crime, cuja pena é o trabalho forçado nas *workhouses*.

A transição para a camada da reprodução não marca somente o desvanecimento das ilusões a respeito da equidade das transações capitalistas, ela dá também um sério golpe na ilusão de que o capitalismo é um sistema minimamente harmônico e que pode reproduzir-se incessantemente. Desde o começo de *O Capital*, quando ainda se analisava a circulação simples, Marx chama a atenção para o fato de haverem tensões internas que só permitem ao capitalismo desenvolver-se através de suas instabilidades. Desde o momento que o uso do dinheiro se generaliza e a identidade inicial entre o ato de comprar e o de vender é quebrado o sistema econômico está propenso às crises de carência, seja de dinheiro, seja de uma mercadoria específica ou ainda de muitas delas. A análise da produção, em especial a do processo de intensificação dela (o aumento da mais-valia relativa) revelou novos aspectos contraditórios com os quais o capital tem de debater-se e que podem mesmo constituir limites intransponíveis ao seu crescimento, e, portanto, à sua própria sobrevivência, visto que, se capital é valor que se autovaloriza, no momento em que deixa de se autovalorizar deixa automaticamente de ser capital.

Há ao menos três grandes dificuldades que o capital enfrenta em sua missão de autovalorização perpétua. Cabe aqui analisar cada uma destas, lembrando sempre que nenhuma constitui uma tendência definitiva que conduza a uma derrocada certa do sistema capitalista, mas sim que cada uma destas exige constantemente contratendências que as anulem ou ao menos as amenizem, e que a sobrevivência do sistema capitalista repousa sobre a eficácia destes paliativos⁴⁹.

A primeira dificuldade é a queda tendencial da taxa de lucro, que é decorrência direta dos revolucionamentos no modo de produção que o sistema capitalista acarreta em sua busca de aumentar a mais-valia relativa. Lembrando que a taxa de mais-valia é calculada pela mais-valia sobre o capital variável e que a taxa de lucro é a mais-valia sobre o capital total. Acontece que neste revolucionamento o capitalista é obrigado a investir cada vez mais no maquinário e demais instrumentos de produção, aumentando constantemente a grandeza de capital constante ao mesmo tempo em que mantém ou até diminui a grandeza do capital variável. Isto faz com que a taxa de mais-valia se mantenha ou até aumente, mas a taxa de lucro cairá tendencialmente, fazendo com que um capital cada vez maior se valorize cada vez menos. Disto decorreriam duas

⁴⁹ Para uma exposição mais detalhada do assunto, Cf. Grespan, *O negativo do capital*.

possibilidades, ou crises periódicas nos quais o capital subitamente se desvaloriza, mas que permitem novas e maiores rodadas de valorização, ou uma paralisação completa do organismo capitalista no momento em que não conseguir mais extrair lucro algum ou mesmo demasiado pouco para manter-se em movimento, ou mesmo as duas sequencialmente, isto é, uma série de valorizações e desvalorizações na qual a valorização do capital vá minguando aos poucos.

A segunda dificuldade à autovalorização perpétua do capital é a limitação da capacidade dos mercados de absorver uma quantia cada vez maior de mercadorias e mesmo da limitação das matérias primas que ele necessita transformar em mercadorias. Trata-se simplesmente da contraposição de um crescimento infinito do capital dentro de um universo finito de matérias primas e de um mercado igualmente finito. A necessidade interna do capital é crescer, para tanto precisa constantemente da expansão dos mercados, mas o que ocorre quando todos eles estiverem abarrotados de mercadorias?

Por fim, na medida em que aumenta o número de mercadorias produzidas por trabalhador, e, portanto, torna desnecessário um excedente cada vez maior de pessoas em seu processo autovalorizador, o sistema capitalista novamente golpeia a si próprio, uma vez que depende não só da mais-valia extraída do trabalhador quanto do salário que dá a ele, e que o reproduz como consumidor que vai ao mercado e compra as mercadorias. O capitalismo mina assim o terreno no qual poderia ainda crescer. A partir daí, entra em um processo de autofagia onde só cresce a partir da dissolução das poucas ilhas de bem-estar nos mares circundantes de miséria.

Referências Bibliográficas:

ARTHUR, Christopher. *The new dialectic and Marx's Capital*. Leiden/Boston: Brill, 2004.

BELLUZZO, Luiz G. M. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política*, Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Marx: Lógica e Política*, Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GIANNOTTI, José A. *Marx: além do marxismo*. Porto Alegre, L&PM, 2009.

GRESPLAN, Jorge. *O Negativo do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- _____. Marx, crítico da teoria clássica do valor. *Crítica Marxista*, nº 12. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. A dialética do avesso. *Crítica Marxista*, nº 14. São Paulo: Boitempo, 2002.
- JAPPE, Anselm. *As Aventuras da Mercadoria*. Tradução de José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2006.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, 2 tomos. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III, 2 tomos. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *A Mercadoria* [1º capítulo da segunda edição de O Capital]. Tradução de Jorge Grespan. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. *Das Kapital*. Erste Ausgabe (1ª edição). In: <http://pagesperso-orange.fr/dumauvaiscote/Das%20Kapital_Kap1_1867.htm>, sem paginação.
- _____. *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. MEW, tomo 42. Berlin: Dietz, 1983.
- _____. *Introdução à Para à crítica da economia política*. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política*. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Tradutor não informado. São Paulo: Moraes, 1985.
- _____. *Fragment des Urtextes von 'Zur Kritik der politischen Ökonomie'*. <<http://marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1858/urtext/index.htm>>, acesso em Novembro de 2010.
- POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination*. New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- SMITH, Adam. *An Inquiry into the nature and causes of the wealth of the nations*. 2 volumes. Oxford: Clarendon Press, 1979.
- SMITH, Tony. *The Logic of Marx's Capital*. New York: State University of New York, 1990.